

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 161.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 10 de setembro de 1973 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antonio Maciel — Gabriel Manoel — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Ovidio Franzoni — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Leopoldo Jacomel e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 33 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 176-73 Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 46-73 de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 32-73 que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs 4.763 de 5.11.63 e 54-63 do mesmo ano e o artigo 2.º da Lei n.º 5.155 de 16.6.65. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. **Rejeitado o Projeto mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar declare encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11 terça-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 178-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 162.ª Sessão Ordinária Realizada em 10 de setembro de 1973 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Ivo Thomazoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Ivo Thomazoni — Igo Losso — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antonio Maciel — Gabriel Manoel — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Ovidio Franzoni — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Leopoldo Jacomel e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 156-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 47 e 49-73, bem como aos Projetos de Lei n.ºs. 12; 48; 61; 78; 82; 114 e 139-73.

— de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 146-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve requer no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário que se registre um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Augusto Zimmermann, ocorrido no último dia 7, na cidade de Cornélio Procopio.

O extinto chefe de numerosa família das mais gradas, deixa inúmeros parentes e amigos.

Requer outrossim que desta decisão seja dado conhecimento aos seus filhos.

Léo Zimmermann — Gerente do Banco do Brasil S.A. em Ipaçu — S. Paulo, Sra. Branca Zimmermann Medeiros — Av. Minas Gerais, 925 C. Procopio.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro na Ata da Sessão de hoje de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no último domingo na cidade de Abatiá do Sr. José Augusto Simões, comerciante dos mais credenciados um dos pioneiros da Região e Chefe de uma das mais tradicionais famílias da localidade enlutada.

Requer, ainda, que do presente registro seja dado conhecimento à Excelentíssima Família do pranteado cidadão de Abatiá.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 1973.

(a) — Gabriel Manoel.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais, requer o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Exmo. Sr. Emilio Garrastazu Médici, Digníssimo Presidente da República, pela assinatura do Projeto "Impacto Rural" que introduz modificações na legislação beneficiária do homem do campo e de modo especial, pela majoração da pensão, por morte do filiado, de 30 para 50% do maior salário mínimo vigente no País.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1970.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, requerem regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de voto de regozijo pela passagem, ontem do Dia do Veterinário, transcorrido a nove do corrente.

Outrossim, aprovado o presente, de-se ciência da decisão da Casa à classe homenageada.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

Ivo Tomazoni

Quíelse Crisóstomo.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Alta dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso no dia 9 do corrente, do Dia do Médico-Veterinário.

As atividades desenvolvidas por esta vibrante classe no meio social, são inegavelmente de grande relevância para a coletividade, razão pela qual registramos com satisfação o acontecimento.

Outrossim, como homenagem aos mesmos, requeiro a transcrição nos Anais da Casa, do anexo artigo, publicado no "O Estado do Paraná", no dia 9 de setembro, às páginas 21, sob o título "Medicina Veterinária um pouco de História".

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Conselho Regional de Medicina e Veterinária do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de atribuições regimentais, requer que, consultado o Plenário, encaminhe-se expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, manifestando a satisfação oficial desta Assembléia Legislativa pela indicação que fez do Deputado Federal Emilio Hoffmann Gomes para o cargo de Governador do Paraná.

Frise-se, no expediente, que a manifestação não decorre das qualidades administrativas do indicado, que em tão pouco tempo ainda não foram aprovadas, mas por seus dotes humanos, sensibilidade política, espírito desarmado e disposição para atuar dinamicamente nas funções, graças a cujos atributos chamou a si todas as forças vivas do Estado, pacificou alas partidárias antes afastadas, abrindo a todos os paranaenses a oportunidade de somar pelo desenvolvimento e pela concórdia social.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Deve ser grande a preocupação do General Emilio Garrastazu Médici com o Estado do Paraná. Primeiro, Sua Excelência teve a desilusão de ver um indicado seu fazer do ódio política administrativa para depois afastar-se varrido pelo escândalo. Depois, assistiu ao holocausto deste grande homem que foi o Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que levou ao leito de morte a missão incumbida, mas afetado pela moléstia enfraquecida nas pesadas incumbências da governança. Feita, agora, escolha que supre as deficiências anteriores, vendo-se animo de aproximação e soma, no plano político, trabalho dinâmico, no administrativo, é justo que se despreocupe o Presidente, afirmando-lhe que vai bem o Paraná, com seus políticos e povo imbuídos de expectativas otimistas.

Por seu lado, o atual Governador é digno desde já de um crédito de confiança, pelo prestigiamento que dá aos parlamentares, como representantes comunitários, pelo equilíbrio adotado na composição do Secretariado, e pelo dinamismo que cobra da administração, fazendo que seja contada em semanas, não em meses.

Manifestação desta natureza, justa com o Presidente e com seu indicado, poderá ter reflexos positivos noutro plano. Reve-la à União que o Paraná dispõe de homens capazes e equilibrados para assumir cargos de relevância nacional, dos quais, verdade seja dita, está afastado no último quadrênio.

Por ser justa, espero concordância do Plenário em que é oportuna a manifestação, contando mesmo com o apoio dos nobres Pares da Oposição. Porque, aqui, não se apoia Partido, coloração política ou sistema de escolha. Prestigia-se, isso sim, um homem público do Paraná, levantando-se na União o conceito de nossos políticos e portanto de nós próprios.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que examina possíveis irregularidades na administração do Departamento Estadual de Trânsito "DETRAN", requer à Mesa, após ouvido o Plenário, prorrogação no prazo de seus trabalhos, por mais sessenta (60) dias, na forma da Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 (Lei Federal), que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, especialmente na parte a que se refere o seu artigo 5.º, § 2.º: "A incumbência"

bência da Comissão Parlamentar de Inquérito, termina com a Sessão Legislativa em que tiver sido outorgado, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da legislação em curso".

Prende-se o pedido, ao fato de haver acúmulo de documentos a serem examinados e alguns depoimentos a serem tomados, que sem exame a oitiva tornariam impossível um pronunciamento final, justo, sereno e equilibrado.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) Ovídio Franzoni

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 193-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo 1.º do art. 5.º da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967 passa a ter a seguinte redação: "A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na segunda sessão plenária e ordinária do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros efetivos".

Art. 2.º — O parágrafo 11 do art. 5.º da Lei n.º 5.615, de 11 de agosto de 1967, passa a ter a seguinte redação: "Na primeira sessão plenária e ordinária do ano seguinte ao da eleição, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1973.

(a) Ivo Thomazoni

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Senhor Presidente, Srs. Deputados:

O mercado de ações que por um breve período teve um interesse inusitado, continua em nível baixo. As negociações diminuíram vertiginosamente e há o afastamento acentuado de interessados.

Poucos são aqueles que se preocupam em aplicar suas economias na compra de ações. Há pouco menos de dois anos houve verdadeira euforia no mercado, sem que os interessados se preocupassem em análise da procedência ou segurança das ações. O importante era adquirir o máximo possível. E disso várias empresas se aproveitaram; umas para aumento de capital e outras transformando-se em sociedade de capital aberto. O importante era ter ações para colocar no mercado, pois a sequência de procura era incontrolável e aquele que não adquirisse hoje, acabaria pagando muito mais dias após. O interesse na aquisição de ações acabou por se tornar um emprego ideal de capital, por parte de pessoas de minguados recursos. O homem assalariado só via um meio de melhorar sua renda. E este não havia dúvida, era o mercado de ações. Centenas de milhares de pessoas não hesitaram em sacrificar suas próprias casas de moradia, na ânsia de assegurar melhores dias para o futuro, transformando o resultado obtido em compra de ações. E havia motivo para isso. Afinal o negócio naquela ocasião se apresentava provocador e as ações adquiridas em pouco tempo duplicavam seu valor. Mas hoje, por todo o Interior nota-se a angústia a que ficaram reduzidos os compradores de ações das mais variadas companhias, cujo capital aplicado em participação acabou reduzindo em torno de 10 ou 20 por cento.

Medidas saneadoras da mais alta importância estão sendo tomadas pelas autoridades responsáveis pelo setor econômico-financeiro da Nação, coibindo definitivamente o alastramento do mal, e, controlando ao máximo o comportamento das empresas. E o resultado tem sido dos melhores, propiciando condições para a volta da confiança no mercado de ações.

Outra medida importante também a nosso ver, está configurada em um Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal e que dará proteção aos acionistas minoritários, nas sociedades anônimas de capital aberto. Com ele, se aprovado, fica determinado que na transferência de controle acionário por venda, os acionistas minoritários receberão por suas ações preço igual ao estabelecido para as ações do grupo ou grupos majoritários. Quando a negociação se limitar a um bloco ou blocos de ações, o preço de venda estabelecido será considerado para o total das ações, e os adquirentes indenizarão os minoritários mediante bonificação em dinheiro, a ser pago nos prazos acordados na venda.

A bonificação será correspondente a diferença entre o preço do dia da ação na Bolsa e o preço de compra estabelecido, de modo que cada ação tenha o mesmo valor.

O projeto que entendemos ser dos mais moralizadores evitará que determinados grupos, quase sempre estranhos à sociedade, passem a manusear a seu bel prazer e com prejuízo imediato ao acionista minoritário o controle de determinadas empresas.

A oportunidade do projeto ainda mais se acentua, quando se sabe da existência de oferta de dinheiro oriundo de várias partes do mundo. A aplicação em nosso País é sólida e interessa a todos. Nada mais justo, por conseguinte, que se projeta o acionista minoritário e sempre de boa fé, que anda espalhado por todo o Brasil.

Este Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Herbert Levy, traz, sem dúvida alguma, Srs. Deputados, um sentido moralizador para com os acionistas que, de boa fé, aplicam seu dinheiro, seus minguados recursos e acabam perdendo aquilo que tem em benefício daqueles que possuem grandes recursos. E isso acaba por diminuir o interesse do mercado de ações.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de hoje, o nobre Deputado Lázaro Dumont apresentou um Requerimento de aplauso ao Governo Federal por medidas tomadas visando a modificação do Estatuto do Trabalhador Rural, proporcionando, desta forma, maiores direitos ao homem do campo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que as novas determinações federais possam, realmente, a atender ao homem que com tanto sacrifício e amor tem cultivado o solo. Porque, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos presenciando, em vários Municípios paranaenses, uma verdadeira confusão no que diz respeito à interpretação da lei do homem do campo. Até mesmo Juizes de Direito, Promotores Públicos e Advogados, tem dado as mais variadas interpretações ao Estatuto do Trabalhador Rural. E, quantas vezes, o homem do campo, ao clamar por seus direitos, acaba per-

dendo uma demanda na Justiça. A Lei, infelizmente, é interpretada, às vezes, ou quase que, constantemente, de uma maneira um tanto duvidosa. É preciso que haja um Estatuto da Terra fácil de ser esclarecido, fácil de ser interpretado, para que os Juizes de Direito possam dar uma única definição em todas as causas judiciárias.

É comum, também, Sr. Presidente, em algumas propriedades, o homem arar a terra, plantar e, na hora da colheita, haver o rompimento do contrato. E o pai de família é forçado a abandonar a terra, perdendo tudo que tem direito, não tirando proveito da safra que haverá graças ao trabalho que ele e sua família desenvolveram. E quando esse mesmo trabalhador, que nem sempre tem dinheiro para contratar advogado, bate às portas da Justiça, sua causa acaba vindo o Tribunal de Justiça, terminando até mesmo no Supremo Tribunal Federal. É preciso, pois, que haja uma compreensão mútua entre patrões e empregados, porque não estamos aqui para defender o exibicionismo, para defender, quem sabe, intrigas e ódios, mas estamos aqui para defender o amor, a fraternidade, a compreensão entre patrões e empregados, para que não ocorra, Sr. Presidente, o que está havendo na Região de Ibitai, onde é mais comum o empregado, na hora da colheita, acabar sendo despedido, sem justa causa e encontrando dificuldades para receber aquilo a que faz jus e é merecedor.

No instante em que esta Assembléia vai votar, a pedido do ilustre Deputado da Arena, Sr. Lázaro Dumont, um voto de aplausos ao Sr. Presidente da República, pelas modificações no Estatuto da Terra, nós fazemos votos para que agora, com as novas introduções, o Estatuto seja uma Lei clara, porque é difícil nos dias atuais uma boa interpretação dessa tão confusa lei, que às vezes prejudica o homem que sofre, labuta no dia a dia, no cabo de uma enxada.

Era só. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejamos consignar dois fatos de ordem política, que reputamos da mais alta importância, nesta sessão. O primeiro deles diz respeito à homologação de direitos do Diretório do Movimento Democrático Brasileiro de Assis Chateaubriand, uma das regiões mais ricas, senão a mais rica do Estado do Paraná. Em data de ontem foi eleito para dirigir seu Diretório o Sr. Edilson Barbosa, que juntamente com outros companheiros daquele Município, daquela Região, irá reivindicar a partir de agora, as mais lidas reivindicações de Assis Chateaubriand.

O segundo fato, cuja expressibilidade política reveste-se da maior importância; diz respeito às eleições que se farão no próximo dia 15 de novembro, no recém criado Município de Francisco Alves. Esta será a única eleição a ser realizada este ano no território nacional, em termos de Democracia.

Reveste-se, portanto, o pleito de Francisco Alves da mais alta importância e desde já estão centralizadas ali as atenções do mundo político nacional, que irá acompanhar aquele pleito eleitoral.

O Movimento Democrático Brasileiro, participa da eleição com dois companheiros, dois nomes ligados ao Município, e de grande expressão. Espera-se que esse pleito decorra dentro de uma normalidade e de um respeito às leis fundamentais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que dá nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-73, de autoria do Dep. Eron-dy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, para funcionar em período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública, a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 64-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1973.

Francisco Escorsin

JUSTIFICAÇÃO:

"A Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritorias; de fomentar a amizade e desenvolver programas tendentes a inspirar o bem — estar da comunidade de Jataizinho.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequentemente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 64-73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Escorsin, declarar de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — Referida proposição se nos afigura de justiça e oportuna, dadas as razões apresentadas pelo autor, na justificação da mesma, razão pela qual não vemos qualquer óbice na aprovação do aludido projeto de lei, ora em exame nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Augusto Simões, ocorrido em Abatiá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Zimmerman, ocorrido em Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 146-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 156-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Igo Losso e Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso no dia 9 do corrente, do Dia do Médico Veterinário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 47-73 e 49-73, e aos Projetos de Lei n.ºs 12 — 43 — 61 — 79 — 82 — 114 e 139-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruct e Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do Dia do Veterinário, transcorrido a 9 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, manifestando a satisfação oficial desta Casa pela indicação que fez do Sr. Deputado Federal Emílio Hoffmann Gomes para o cargo de Governador do Estado do Paraná. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito que conste em Ata que o Requerimento de minha autoria foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido do Sr. Deputado Erondy Silvério, para que conste em Ata que seu Requerimento foi aprovado por unanimidade.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pela assinatura do Projeto "Impacto Rural" que introduz modificações na legislação beneficiária do homem do campo. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para justificação de votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados. Requeiro o Nobre Deputado Lázaro Dumont, um voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, pela assinatura do Projeto Impacto Rural que introduz modificações na legislação beneficiária do homem do campo.

Sr. Presidente, vou votar contra o Requerimento, mas para que não pareça dúvidas sobre o porquê do nosso voto é que eu ocupo a tribuna para encaminhar a votação.

Vou votar contra porque não conheço o Projeto do Governo, e acho que nada se está fazendo hoje, pelo homem do campo. Então, não vou me congratular com um Projeto, em parte, porque eu não conheço, porque, se continuar nesses moldes em que se dá assistência ao homem do campo hoje, será uma calamidade a mais, porque se cobra do agricultor, 1,5, 2% sobre o produto bruto. Este dinheiro, parece estou estudando convenientemente o assunto — parece que é distribuído através das Federações Rurais, dos Sindicatos, para assinaturas de convênios, que visam proteção ao homem do campo. Mas nada disso se faz, Sr. Presidente; conheço convênios em que se formaram em determinadas áreas do Interior do Estado, determinadas casas hospitalares e que estas casas, estas prestam-se a apresentar o atestado de óbito do trabalhador rural. Parece-nos que esse dinheiro está sendo usado para outros fins, parece-nos que há um festim, um festival com o dinheiro do trabalhador rural.

Então, antes de conhecer suficientemente a matéria, que eu estou estudando e ela será objeto de diversas indagações ao Sr. Ministro do Trabalho, não vou favoravelmente ao Requerimento, e justifico: não conheço perfeitamente a legislação sobre o assunto; estou estudando-a e, sobre ela me pronunciarei em época oportuna, porque não acho justo que se cobre uma importância do produto bruto que é o produto arrancado com o suor do rosto à terra, para o sustento do lavrador, e que esse dinheiro não tenha tido até agora, aplicação conveniente conforme dispõe a Lei. E parece-nos, segundo informações que tive, que este Projeto IMPACTO majorasse, ainda, o fundo Rural. Parece-nos!

Então eu acho que não posso me congratular com um Projeto do Presidente da República, embora a origem seja das melhores, porque o Sr. Presidente tem mandado ao Congresso Nacional, somente Projetos de alta relevância e do interesse geral da Nação. Mas como este eu não conheço, eu me abstenho de votar. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento, **Aprovado.**
Requerimento de autoria do Sr. Ovídio Franzoni, constante do Expediente, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que

examina possíveis irregularidades na administração do DETRAN, solicitando prorrogação por mais sessenta dias para o prazo de vigência da referida Comissão. — **Aprovado.**

Esta Presidência, antes de terminar a Sessão, quer marcar para o dia 24 do corrente mês, uma Sessão Solene em comemoração ao Centenário de Nascimento de Afonso Alves de Camargo, ex-Presidente do Estado e figura de relevo na vida política e administrativa do nosso Estado. Solicita, dos Líderes de Bancadas, que indique os oradores para esta Sessão Solene, no dia 24 de Setembro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 47-73 — 49-73 e dos Projetos de Lei n.ºs 12-73 — 43-73 — 61-73 — 79-73 — 82-73 — 114-73 e 139-73.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 43-71 — 44-73 e 157-73.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO IGO LOSSO, NA SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

MEDICINA—VETERINÁRIA, UM POUCO DE HISTÓRIA

"Hoje é dia do médico-veterinário, uma profissão que remonta aos meados do século XVIII. Para comemorar a data, serão corridos dois páreos, à tarde, no Hipódromo do Tarumã, numa promoção do Jockey Clube, em homenagem ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, cujo presidente é o sr. Daniel van der Broock. Neste artigo, José Gomes da Silva, relações públicas do CRMV, conta um pouco da história da profissão.

A Medicina Veterinária, como ciência e como profissão, remonta aos meados do Século XVIII não obstante ainda haver naquele período da História crenças e dogmas em alguns países que impediam o desenvolvimento da Ciência Médico Veterinária. Na Alemanha, por exemplo não era permitido usar o título de Cidadão ou ser testemunha em juízo o indivíduo que lidasse com carnes de animais por ser considerado desonrado aquele que tocasse uma carcaça animal.

Frederico — o Grande — pensando em fundar uma escola de Veterinária na Prússia ao consultar a Academia de Ciências de Berlim, obteve resposta favorável mas, com restrições entre as quais a recomendação de que se exigisse dos professores o não retalhamento de carcaças de animais.

Na França ao tempo de Luiz XV apesar de existir a hegemonia da "Filosofia da Natureza" que pregava o estudo dos animais não foram pequenas as lutas enfrentadas para manter a afirmação das escolas de Veterinária. Muito se deve a Cláudio Bourgelat que com pertinácia e sabedoria conseguiu a existência das hoje tão famosas escolas de Lyon e Alford. Não errariamos se dissessemos ser a França o berço da Medicina Veterinária. Ali a evolução dessa ciência foi de tal ordem que hoje exige-se mais do estudante que procura uma faculdade de Medicina Veterinária do que dos pretendentes ao curso de Medicina Humana.

No Brasil a primeira escola de Veterinária surgiu em 1909 no Rio de Janeiro — a escola de Veterinária do Exército. Em 1910 por Decreto de 20 de outubro foi criada a primeira instituição civil destinada ao ensino de Veterinária vindo a funcionar em 1912.

Com sucessivos fechamentos e reaberturas claudicantes como quase tudo o que é incipiente mas dotada da força imponderável de quem nasceu com uma predestinação superior, a Medicina Veterinária no Brasil soube vencer todos os percalços, afirmar-se na conjuntura sócio-econômica e científica nacional e chegar a situação em que hoje se encontra que se ainda não está no clímax da sua grandeza representa pelo menos um afluente caudaloso que ajuda a engrossar o volume do grande rio do desenvolvimento: Atualmente 18 faculdades de Medicina Veterinária espalhadas por todo o País formam cerca de 600 profissionais anualmente.

Mas o médico veterinário tem um ressentimento: em nossos dias nesses vitóriosos dias em que o brasileiro ve palpável o progresso do seu País há os que até mesmo nos meios científicos ignorem ou queira ignorar o valor e a importância da Medicina Veterinária na conjuntura social e científica aqui e no resto do mundo.

A esses lembramos somente estrelas que vieram formar a nossa constelação: Chauveau — fisiologista renomado; Arloing — notável anatomista que, com o grande bacteriologista Nocard integraram a equipe do grande Pasteur; Toussaint — que antecipou nos métodos de vacinação, realizando em carneiros ensaios de vacinação anti-carbunculosa; Loulainé — emérito fisiólogo; Vallée e Lachainche que foram os propulsores da profilaxia contra a tuberculose bovina de cujo trabalho tantos subsídios colheram Guérin e Calmette em seus estudos sobre a tuberculose; Ramon — descobridor das anatoxinas tão úteis na Medicina Humana e Veterinária; Ellenberg — anátomo-fisiologista alemão; Hering — fisiologista que determinou pela primeira vez o tempo mínimo da circulação sanguínea; Kitt — anátomo-fisiologista; Ostertag — sobria autoridade em higiene da carne.

Outros tantos nomes de vultos que glorificaram a profissão prestaram serviços inestimáveis a humanidade, valendo citar pelo detalhe de extrapolarização científica, o nome de Dunlop veterinário inventor do pneumático. Na histórica França tal é a importância dada a Medicina Veterinária que na Academia de Medicina foi criada uma seção de veterinária. A Ciência Veterinária dia a dia cresce e cada vez mais contribui em muitos setores científicos e econômicos mostrando de forma inofismável ser uma das indispensáveis bases da Medicina Humana.

Estamos certos contudo de que os homens a quem está confiada a tarefa de dimensionar no Brasil a grandeza de sua economia na proporção da sua geografia os Governos sérios como os que agora propuseram a realizar a integração sócio-econômica nacional façam conjugar os esforços das forças vivas na Nação dando a contribuição do Médico — Veterinário visto que ele tem muito a oferecer. Esse muito esta na amplitude e versatilidade de suas numerosas especializações:

Prática da Clínica Veterinária em todas as suas modalidades;
Assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer espécie;
Planejamento e execução da defesa sanitária animal;
Direção técnica e sanitária dos estabelecimentos industriais ligados a profissão;

Inspeção e fiscalização sob o ponto de vista sanitário higiênico e tecnológico dos matadouros, frigoríficos, fábricas de conservas de carne e de peixe, fábricas de banha e gortura de origem animal, usinas e fábricas de

laticínios entrepostos de carne, leite, queijo, manteiga, peixe, ovos, mel, cera e demais derivados da indústria pecuária;

Peritagem sobre animais identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questão judiciais;

Ensino direção controle e orientação dos serviços de inseminação artificial;

Regência de cadeiras e disciplinas especificamente médico-veterinários; Direção e fiscalização do ensino de Medicina Veterinária e ensino agrícola médio nos estabelecimentos em que o objetivo exclusivo seja a indústria animal;

Assessoria técnica do Ministério das Relações Exteriores no País e no estrangeiro, no tocante à produção e a indústria animal etc.

Relaciona-se portanto, a atividade do médico veterinário com os seguintes Órgãos ou especialização. Defesa Sanitária Animal à Zootécnica Avicultura; Laboratórios, inseminação; Administração; Saúde Pública; Clínica de Grandes e Pequenos Animais; Magistério; Pesquisas; Extensão Rural etc.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TURISMO

Ata da reunião realizada dia vinte e oito de agosto de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, com a presença dos deputados Xenofonte Villanueva, Presidente da Comissão de Turismo, Paulo Poli, Maurício Fruct, Foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Entre outros assuntos foram apreciados os Projetos de Lei N.ºs 361-68 e 139-73. O primeiro de autoria do deputado Roberto Wypych que classifica nas categorias de 1.ª e 4.ª classes, os bares, hotéis, churrascarias e restaurantes localizados nos centros de atrações turísticas nas margens de rodovias federais, estaduais e municipais. Parecer favorável. Aprovado. O segundo Projeto de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, Mensagem n.º 55-73 do Poder Executivo, que encaminha ante projeto que acrescenta ao artigo 9.º da Lei n.º 5.948 de 27-5-59, parágrafo com redação que especifica foi igualmente aprovado, tendo recebido parecer favorável. Nada mais havendo o tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e por conseguinte os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Stella Mader Gurgel lavrei a presente Ata, que vai assinada, depois de lida e aprovada, pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que se produza os efeitos legais. Em 29 de agosto de 1973.

a) Xenofonte Vilanueva — Presidente

a) Maria Stella Mader Gurgel — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5a. REUNIAO ORDINARIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Scorsin, Gilberto Carvalho e Álvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 550-66 — de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, que concede pensão mensal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) a Madalena Carneiro. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 233-69 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de Tijuca do Sul, o material remanescente do edifício onde funcionou o grupo escolar, na sede municipal, atualmente em desuso. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 243-69 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel n.º 2323, em Curitiba, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná. — Relatado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Batel 1323, em Curitiba, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 194-72 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174 de 16.11.70 o inciso que especifica. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 78-73 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce de parágrafo que especifica, ao artigo 3.º, da Lei n.º 5.926 de 22.04.69. Relator Senhor Deputado João C. Fadel parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 118-73 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Obras Públicas o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada na sede do Município de Cascavel. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE

LEI N.º 125-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que denomina "São Luiz" o atual distrito administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 127-73 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 128-73 — de autoria do Senhor Deputado Lazaro Dumont, que declara de utilidade pública, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 132-73 — de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Amar — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 138-73 — de autoria do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 148-73 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Uraí. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 149-73 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 161-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 66-73 — encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 164-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 72-73, encaminhando anteprojeto de lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10.01.72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — Funrestan. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 160-73 — de autoria do Poder Executivo n.º 65-73 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — Funresan. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 168-73 de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha, um (1) trator esteira marca Caterpillar, Modelo D4-40 A, Série 1595 pertencente a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 170-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Contenda, um (1) trator com arado Marca John Deere, Modelo 730-S, Série 7325945 pertencente a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, relator digo parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 177-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 73-73 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Rio Azul, área de terreno rural com 4 (quatro) alqueires, de propriedade do Estado e situada na sede do referido município. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 183-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 74-73 encaminhando anteprojeto de lei visando majorar para 3 (três) salários mínimos fixados para o Capital do Estado, o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5.11.63 e 5463, de 22.11.63 e artigo 2.º da Lei n.º 5.155 de 16.06.65. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 114-73 — aprova acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul objetivando realização de um curso intensivo de especialização estatística. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 198-73 — Aprova o Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul-Sudesul, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 202-73 — Aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanha de Saúde Pública — SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE C. DA SILVA — Presidente

a) Teresinha B. de M. e Claro — Secretária